



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 3.158

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ,
EM SESSÃO PLENÁRIA REALIZADA NO DIA 01 DE ABRIL DE 1993,

CONSIDERANDO QUE COMPETE A ESTE TRIBUNAL APLICAR MULTAS
AOS RESPONSÁVEIS PELA ILEGALIDADE DE CONTAS, NOS TERMOS DO ART. 25,
VII DA LEI Nº 5654, DE 23.01.91,

CONSIDERANDO QUE O LIMITE MÁXIMO DA MULTA COMINADA NA -
QUELE DIPLOMA LEGAL FOI FIXADO EM ATÉ CEM (100) VALORES DE REFERÊN -
CIA REGIONAL,

CONSIDERANDO QUE A UNIÃO FEDERAL, NO EXERCÍCIO DE SUA
COMPETÊNCIA PRIVATIVA PREVISTA NO ART. 22, INCISO VI, DA CONSTITUI -
ÇÃO DA REPÚBLICA, EXTINGUIU AQUELE VALOR DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
(LEI Nº 8178 DE 01.03.91, ART. 3º, III) E, PELA LEI Nº 8383, DE
30.12.91, INSTITUÍU A UFIR - UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA COMO MEDI -
DA DE VALOR E PARÂMETRO DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA PARA TRIBUTOS, MUL -
TAS E PENALIDADES DE QUALQUER NATUREZA,

CONSIDERANDO QUE, EMBORA O ESTADO DO PARÁ TENHA INSTI -
TUÍDO A UFEPA - UNIDADE FISCAL DO ESTADO DO PARÁ, COMO VALOR DE ATUA
LIZAÇÃO MONETÁRIA DOS TRIBUTOS ESTADUAIS, ESSE ÍNDICE NÃO É APLICÁ -
VEL ÀS PENALIDADES PECUNIÁRIAS NÃO TRIBUTÁRIAS, EM DECORRÊNCIA DAQUE
LA COMPETÊNCIA PRIVATIVA,

-CONT-



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

-02-

RESOLUÇÃO Nº 3.158

CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE EVITAR DÚVIDAS NA ADOÇÃO DE CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO DAS MULTAS E DEMAIS PENALIDADES CUJA APLICAÇÃO É DA COMPETÊNCIA DESTA TRIBUNAL, DE MODO A ASSEGURAR EFICÁCIA ÀS SUAS DECISÕES,

CONSIDERANDO, FINALMENTE, QUE O ART. 5º, VII, DO REGIMENTO INTERNO DESTA TRIBUNAL JÁ ESTABELECE COMO ÍNDICE ECONÔMICO DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA AQUELE QUE TIVER SIDO FIXADO PELA UNIÃO,

CONSIDERANDO PROPOSIÇÃO APRESENTADA PELO EXMO. SR. CONSELHEIRO PRESIDENTE NA SESSÃO DESTA DATA, APROVADA POR VOTAÇÃO UNÂNIME,

RESOLVE:

I - O LIMITE MÁXIMO DA MULTA COMINADA NO ART. 25, INCISO VII, DA LEI Nº 5654, DE 23 DE JANEIRO DE 1991, CORRESPONDE A UFIR - UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA, NESTA DATA EQUIVALENTE A Cr\$ 15.318,45 (QUINZE MIL, TREZENTOS E DEZOITO CRUZEIROS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS).

II - AS QUANTIAS DAS MULTAS QUE FOREM RECOLHIDAS DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO PELO TRIBUNAL SERÃO ATUALIZADAS MONETARIAMENTE PELO VALOR DA UFIR DO PRIMEIRO DIA ÚTIL DO MÊS DO RECOLHIMENTO.

III - SE A MULTA FOR RECOLHIDA APÓS O PRAZO ESTABELECIDO PELO TRIBUNAL, A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SERÁ CALCULADA PELO VALOR DA UFIR DO DIA DO EFETIVO RECOLHIMENTO.

-CONT-



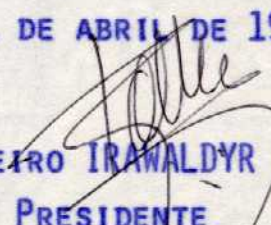
ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

-03-

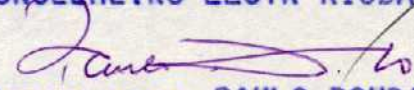
RESOLUÇÃO Nº 3.158


IV - ALÉM DA QUANTIA DAS MULTAS APLICADAS, OS RESPONSÁVEIS RECOLHERÃO, TAMBÉM, OS JUROS MORATÓRIOS DE 6% (SEIS POR CENTO) AO ANO, NOS TERMOS DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, CALCULADOS SOBRE O VALOR ATUALIZADO DAS COMINAÇÕES, A PARTIR DA DATA DA INTIMAÇÃO.

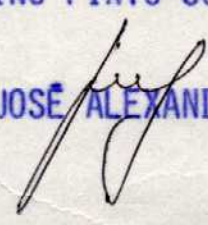
SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
DO ESTADO DO PARÁ, EM 01 DE ABRIL DE 1993.


CONSELHEIRO IRAWALDYR ROCHA
PRESIDENTE


CONSELHEIRO LECYR RIODADES


CONSELHEIRO PAULO DOURADO


CONSELHEIRO LAUDELINO PINTO SOARES


CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOSÉ ALEXANDRE PESSOA